

CASO MASTER / “Espero que toda essa situação seja esclarecida e que as pessoas que estiveram envolvidas paguem por isso”, destacou Celina Leão. Ibaneis Rocha nega qualquer envolvimento. Especialistas esperavam que a prisão aconteceria

Reações no GDF e no mercado

» MILA FERREIRA
» ANA CAROLINA ALVES

A prisão do ex-presidente do Banco de Brasília (BRB) Paulo Henrique Costa causou forte impacto entre especialistas e autoridades do Governo do Distrito Federal (GDF). Durante uma agenda pública, após receber a informação sobre a nova etapa da Operação Compliance Zero feita pela Polícia Federal, a governadora Celina Leão (PP) fez críticas à gestão de Paulo Henrique Costa à frente do banco. “Eu não tinha relação com ele (PHC). Tinha muitas críticas ao Paulo. Eu fiz uma reunião pública com o setor produtivo três, quatro meses antes do acontecimento da operação. Eu já falava que eu iria trocá-lo do meu governo, que ele não ficaria”, afirmou.

“Não tinha informações sobre absolutamente nada, mas achava a gestão dele muito longe da necessidade da população do Distrito Federal. Muito ligado a outros fatores que não têm a ver com o dia a dia. Patrocínio de corrida em Dubai, patrocínio de lancha em Miami. Isso não tem nada a ver com a realidade do dia a dia”, acrescentou.

Sobre os impactos da investigação e da prisão nas negociações em curso para reforçar o caixa do BRB, incluindo pedidos de empréstimo junto ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC), Celina minimizou possíveis efeitos negativos. “As pessoas tinham uma previsibilidade de que tem um processo que está em curso, tem pessoas que estão sendo investigadas. Até porque o banco está sob nova gestão. É importante separar o banco de toda essa situação, porque o BRB é um banco sólido, é um banco realmente que vai sair deste momento de dificuldade”, afirmou.

Celina disse que recebeu a prisão com tranquilidade e que, à frente do governo, tem interesse direto na elucidação do caso. “Espero que toda essa situação seja esclarecida e que as pessoas que estiveram envolvidas, paguem por isso. Sempre houve uma dúvida se era uma falha, se era uma decisão técnica ou se foi uma decisão em cima de algum tipo de benefício, e eu acho que o processo judicial que vai demonstrar isso”, afirmou.

A governadora destacou que o governo local sempre confiou na atuação das autoridades, como a Polícia Federal e o Supremo. “A gente sempre se posicionou que nós nunca participamos, nós nunca anulamos nenhuma decisão sobre BRB, mas eu, como governadora agora, tenho grandes responsabilidades, que é realmente de salvar o banco, e a gente faz isso com muita transparência”, disse.

Ed Alves/CB/D.A.Press



O ex-presidente do BRB foi preso ontem no âmbito da quarta fase da operação Compliance Zero

Segundo ela, medidas foram adotadas desde o início da gestão para aumentar o controle sobre a instituição. “Todos os meus gestos desde o começo, quando nós assumimos o governo, foi que a auditoria acontecesse, foi que as pessoas fossem trocadas. E agora a Polícia Federal chega à materialidade dos fatos, das conversas”, acrescentou.

A governadora reforçou que pretende manter mudanças na condução do banco. “Eu sei ser governadora, eu sei escolher o meu time, eu sei retirar aquelas pessoas que não estão produzindo e eu sei realmente que a gestão, em alguns pontos, precisa de mudar, e é isso que eu estou fazendo”, destacou.

Ibaneis se defende

A defesa do ex-governador do Distrito Federal Ibaneis Rocha (MDB) afirmou que o conteúdo das conversas entre o ex-banqueiro Daniel Vorcaro e Paulo Henrique Costa reforça a versão apresentada desde o início pelos advogados, de que o ex-governador não tinha conhecimento das tratativas. “O diálogo travado entre Daniel Vorcaro e o então presidente do BRB apenas corrobora, de forma inequívoca, o que foi apontado, desde o início, pela presente defesa”, informou em nota.

“O governador (Ibaneis Rocha) me pediu que preparasse um material para a argumentação dele,

Crimes nos quais Paulo Henrique pode ser enquadrado

- » Responsabilizado por corrupção passiva
- » Lavagem de capitais
- » suposta engenharia financeira desenhada para ocultar o recebimento de aproximadamente R\$ 146,5 milhões em propinas por meio de imóveis de luxo e empresas de fachada
- » gestão fraudulenta
- » organização criminosa
- » crimes contra o Sistema Financeiro Nacional

porque vamos receber críticas”, teria escrito Paulo Henrique Costa para Vorcaro referindo-se à compra das carteiras de crédito podres do Banco Master pelo BRB.

Segundo os advogados, o ex-governador não teve participação nas decisões relacionadas às operações financeiras investigadas. “O ex-governador não acompanhava, não pressionou e tampouco teve qualquer ingerência em operações realizadas pelas referidas instituições financeiras”, destacou a defesa. De acordo com os advogados, a gestão de Ibaneis Rocha teria garantido autonomia às instâncias técnicas do banco. “Tendo assegurado plena autonomia decisória à área técnica do BRB”.

A defesa argumentou que a própria dinâmica dos fatos afastaria a hipótese de envolvimento direto do ex-chefe do Executivo. “Caso houvesse

participação direta ou acompanhamento próximo por parte do então chefe do Poder Executivo nas referidas operações, seria manifestamente desnecessária a solicitação de elaboração de nota técnica destinada ao esclarecimento dos fatos para conhecimento próprio do governador”, ressaltou a defesa.

A nota é assinada pelo grupo Almeida Castro, Castro e Turbay Advogados, e pelos advogados Antônio Carlos de Almeida Castro, Karkay, Roberta Castro Queiroz, Marcelo Turbay Freiria, Liliane de Carvalho Gabriel, Álvaro Chaves e Ananda França de Almeida.

Repercussão

O professor de finanças do Ibmec Brasília Marcos Melo afirmou que a reação do mercado à prisão do

ex-presidente do BRB, Paulo Henrique Costa, já era, em certa medida, esperada pelos agentes financeiros. “Os agentes do mercado haviam antecipado que haveria algo semelhante. No mercado financeiro, uma situação como a enfrentada pelo Banco Master é observada muito antes de eclodir os problemas que passam a ser vistos pelo público em geral. Como o BRB havia iniciado negociações para aquisição de uma soma vultosa de títulos daquele banco e a negociação para sua aquisição, já se pressupunha haver irregularidades no processo. Não se sabia exatamente do que se tratava ou quem poderia estar envolvido, mas já se anticipa o que deverá ocorrer”, afirmou.

Especialista em mercado financeiro e análise macroeconômica da Armada Asset, Marcos Valadão, também avaliou que a prisão de Paulo Henrique Costa não pega o mercado de surpresa. “O que a PF traz não é mais discussão de governança. O foco agora é materialidade criminal. A investigação aponta a transferência de R\$ 146 milhões em seis imóveis de alto padrão. O ponto mais pesado são as mensagens em que o ex-presidente e Daniel Vorcaro combinam esses pagamentos. É evidência material do ajuste, não conjectura”, analisou.

Mas Valadão acredita que a prisão pode respingar num eventual socorro financeiro que o BRB busca. “O pedido ao Fundo Garantidor

de Crédito (FGC) começou em R\$ 4 bilhões e foi elevado para o teto de R\$ 6,6 bilhões. Como o Fundo está muito exposto aos eventos recentes do setor, o GDF abriu o portfólio de mais de 7 mil imóveis como proposta colateral, além das ações da CEB e da Caesb. O mercado vai precificar, a partir de hoje, a capacidade do banco de sustentar essa captação enquanto separa a instituição do passivo criminal da gestão anterior”, detalhou.

Cenário jurídico

O advogado de direito público Rafael Durand avaliou que o cenário jurídico envolvendo o ex-presidente do BRB é complexo e envolve diferentes tipos penais. “Com base nos indícios da operação, ele pode ser responsabilizado por corrupção passiva e lavagem de capitais, delitos evidenciados pela suposta engenharia financeira desenhada para ocultar o recebimento de aproximadamente R\$ 146,5 milhões em propinas por meio de imóveis de luxo e empresas de fachada”, afirmou.

Segundo o especialista, outras tipificações também podem ser consideradas no curso das investigações. “Além disso, a criação de mecanismos paralelos para burlar as regras de compliance do banco atrai a forte tipificação de gestão fraudulenta, somada à provável configuração de organização criminosa, caso fique comprovada a articulação ordenada e estrutural com executivos e operadores financeiros”, destacou.

Delação

Advogado especialista em ciências criminais e sócio do RCA Advogados, Berlinque Cantelmo avaliou que a possibilidade de delação premiada ainda é embrionária do ponto de vista técnico. “Para celebração de qualquer acordo, um dos requisitos de validação seria a relevância das informações a serem possivelmente trazidas por Paulo Henrique. Todavia, se o arcabouço probatório que o levou a ser preso preventivamente for satisfatório às investigações, o Ministério Público Federal pode descartar a hipótese desse tipo de iniciativa por parte do investigado”, explicou.

O criminalista explicou que, mesmo que Daniel Vorcaro tenha homologado sua colaboração premiada, isso não veda uma possível celebração de acordo com Paulo Henrique Costa, desde que este último traga algo substancial ao enredo das investigações.

Linha do tempo

» **28 de março de 2025:** GDF confirmou a intenção de adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do Master, pagando R\$ 2 bilhões

» **17 de junho de 2025:** Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) aprovou, sem restrições, a compra de uma fatia do Banco Master pelo BRB

» **19 de agosto de 2025:** Câmara Legislativa do DF aprovou, com 14 votos favoráveis e sete contrários, o BRB a adquirir 49% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais do capital social do Banco Master

» **3 de setembro de 2025:** O Banco Central rejeitou a compra de fatia do Banco Master pelo BRB

» **18 de novembro de 2025:** A Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF) deflagraram a Operação Compliance Zero, que investiga a venda de R\$ 12,2 bilhões em carteiras de crédito inexistentes do Master ao BRB

» **18 de novembro de 2025:** 10ª Vara Federal de Brasília determinou que Paulo Henrique Costa, fosse afastado por 60 dias da função de presidente do BRB

» **19 de novembro de 2025:** Ibaneis Rocha demitiu Paulo Henrique Costa do cargo de presidente

» **27 de novembro de 2025:** Nelson Antônio de Souza assume a presidência do BRB

» **2 de dezembro de 2025:** contratação do escritório Machado Meyer Advogados para conduzir auditoria independente que vai apurar os fatos citados na operação Compliance Zero

» **4 de fevereiro:** PF abre inquérito para apurar suspeitas de gestão fraudulenta no BRB

» **6 de fevereiro:** Banco Central recebe plano de recuperação do BRB

» **24 de fevereiro:** O Projeto de Lei nº 2.175/2026 chega à Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) e começa a tramitar em regime de urgência.

» **3 de março:** A CLDF aprova o projeto em dois turnos, com 14 votos favoráveis e 10 contrários. O texto prevê o uso de imóveis de estatais para reforçar o capital do banco.

» **10 de março:** O então governador Ibaneis Rocha sanciona a proposta (agora Lei Distrital nº 7.845/2026) com o veto a três artigos. A sanção é publicada em edição extra do Diário Oficial.

» **13 de março:** Integrantes do PSB protocolaram uma ação popular contra os efeitos da nova lei.



CLDF aprovou o uso de imóveis de estatais pelo BRB

» **16 de março:** A 2ª Vara da Fazenda Pública do DF concedeu uma liminar suspendendo a lei, proibindo a transferência de imóveis ou garantias ao BRB. O Governo do DF recorre da decisão.

» **17 de março:** O desembargador Roberval Belinati, presidente em exercício do TJDF, atende ao recurso da Procuradoria-Geral e do BRB, derrubando a liminar e reativando os efeitos da lei.

» **16 de março:** A 2ª Vara da Fazenda Pública do DF suspende os efeitos da Lei nº 7.845/2026, acolhendo ação popular que aponta risco ao patrimônio público e ambiental.

» **17 de março:** O TJDF (desembargador Roberval Belinati) derruba a liminar anterior, permitindo que o GDF siga com o plano de usar imóveis como garantia.

» **23 de março:** Nova reviravolta judicial: uma decisão específica impede o uso do imóvel mais valioso da operação (Serrinha, avaliado em R\$ 2,3 bilhões) devido a entraves ambientais e estatutários da Terracap.

» **25 de março:** O TCU e o TCOF cobram explicações formais sobre o plano de capitalização e a possível formalização do banco, caso o aporte não ocorra.

» **27 de março:** Diante da judicialização dos imóveis, o GDF solicita um empréstimo de R\$ 4 bilhões ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) como “Plano B”. O desembargador Roberval Belinati derruba a liminar que excluía a Serrinha do Paranoá do rol de garantias, devolvendo ao governo o direito de usá-la no fundo imobiliário. O presidente do BRB, Nelson de Souza, admite que o banco corre contra o tempo para entregar o balanço de 2025 ao Banco Central até 31 deste mês, sob risco de sanções graves.

» **30 de março:** Celina Leão toma posse como governadora. Na ocasião, ela diz que não fará “guerra ideológica” à frente do Palácio do Buriti e que buscará apoio do governo federal, se necessário, para fortalecer o Banco de Brasília (BRB). “Aqui que eu precisar pedir em nome da população do DF ao presidente Lula ou a qualquer outro que seja de outro espectro político, eu farei”

» **31 de março:** Vence o prazo dado pelo Banco Central para que o BRB entregasse os balanços pendentes referentes a 2025. O banco não entrega os balanços.

» **31 de março:** Nelson de Souza fixou a data de 30 de maio para finalizar todos os processos pendentes e o rito de capitalização no prazo de 180

dias, a contar da data de entrega do plano de capitalização da instituição ao Banco Central, em 6 de fevereiro.

» **1º de abril:** Durante a agenda oficial, Celina revelou ter mantido conversas com o governo federal, e fez um apelo direto para que a Caixa Econômica Federal colabore com a recuperação do banco.

» **7 de abril:** BRB encaminha relatório de auditoria independente à Polícia Federal

» **9 de abril:** Celina afasta 12 servidores do BRB suspeitos de envolvimento com caso Master

» **9 de abril:** Celina se reúne com Gabriel Galípulo em São Paulo e faz reuniões com possíveis investidores da Faria Lima

» **10 de abril:** Fundo de investidores apresentou proposta para a aquisição de R\$ 15 bilhões dos ativos que eram vinculados ao Banco Master

» **14 de abril:** Nelson de Souza afirmou que analisa plano de redução de despesas que resultará no fechamento de agências e cortes em diferentes áreas do banco que não estiverem dando resultados

» **16 de abril:** Paulo Henrique Costa é preso pela Polícia Federal